

EDcl no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.440 - RS (2019/0072217-7)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
EMBARGANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : ERIC LINS GRILO - RS080946
EMBARGADO : ITALO JONAS DOS SANTOS OLIVEIRA
ADVOGADOS : ALEXANDRE TATSCH DA ROCHA - RS091860
LUÍS FELIPE FRASSONI DE ABREU - RS103921
GIANNA NASCIMENTO VINCENTI - RS101804
INTERES. : JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE SANTIAGO - SJ/RS
INTERES. : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SÃO BORJA - RS

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra decisão monocrática que conheceu do Conflito e declarou competente o Juízo Federal da 1ª Vara de Santiago – SJ/SC.

O embargante alega, em síntese, que o *decisum* incorreu em contradição, pois "(...) a conclusão pela competência do Juízo da 1ª Vara de Santiago (RS) é inconciliável com o fundamento de que, segundo a jurisprudência do STJ, cabe à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique o processamento da causa nos moldes do art. 109 da CF" (fl. 175, e-STJ).

Requer, ao final, o acolhimento dos Embargos, a fim de que seja sanado o vício, com a declaração da competência do Juízo Estadual.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 22.11.2019.

Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento.

Na hipótese, não há falar em contradição.

Consoante a jurisprudência do STJ, a competência cível da Justiça Federal, estabelecida na Constituição, define-se, como regra, pela natureza das pessoas

envolvidas no processo. Será da sua competência a causa em que figurar a União, suas autarquias ou empresa pública federal na condição de autora, ré, assistente ou oponente (art. 109, inciso, alínea "a").

A propósito:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL
DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. EMBARGOS DE
TERCEIRO OPOSTOS POR AUTARQUIA FEDERAL.
COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. A competência cível da Justiça Federal, estabelecida na Constituição, define-se, como regra, pela natureza das pessoas envolvidas no processo: será da sua competência a causa em que figurar a União, suas autarquias ou empresa pública federal na condição de autora, ré, assistente ou oponente (art. 109, I, a), **mesmo que a controvérsia diga respeito a matéria que não seja de seu interesse. Nesse último caso, somente cessará a competência federal quando a entidade federal for excluída da relação processual (CC 50.335, 1ª Seção, DJ de 26.09.05; AgRg CC 47.497, de 09.05.05).**

2. Tendo os embargos de terceiro natureza de ação, a sua propositura por parte da União, entidade autárquica ou empresa pública federal determina a competência *ratione personae*, que detém caráter absoluto e inderrogável, da Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição (Precedentes do STJ: CC 2363/GO, 2ª Seção, Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ de 08.06.92; CC 6609, 2.a Seção, Min. Waldemar Zveiter, DJ de 21.03.94; CC 751, 2.a Seção, Min. Eduardo Ribeiro, DJ de 04.12.89; precedentes do STF: RE 88.688, 2.a Turma, Min. Moreira Alves, RTJ 98/217; RE 104.472, 2.a Turma, Min. Djaci Falcão, RTJ 113/1.380, Conflito de Jurisdição 6.390, Min. Néri da Silveira, RTJ 106/946; precedentes do TFR: AC 94.795, 6.a Turma, Min. Américo Luz, RTFR 119/225).

3. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Federal, a suscitante.

(CC 54.437/SC, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/12/2005, REPDJ 06/03/2006, p. 135, DJ 06/02/2006, p. 189, grifei)

Ainda que assim não fosse, os Embargos não prosperariam, pois se verifica que a questão referente à competência para o processamento da execução de título extrajudicial (5000146-54.2018.4.04.7120/RS) já foi decidida nos autos do CC 159.393/RS, com certidão de trânsito em julgado datada de 3/10/2019, não sendo cabível, nesse momento, a alteração do julgado.

Diante do exposto, **rejeito os Embargos de Declaração.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator